

Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência

Pietro Monteiro da Silva

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

pietroms@aol.com

A 39ª edição da Revista Temporalidades contempla o dossiê "Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência", que propõe abordar contribuições científicas, tanto no campo da historiografia, quanto da história da ciência relacionados ao Brasil após 1822. A presente edição apresenta-se enriquecida de uma pluralidade metodológica que buscou mostrar as formas como a História da Ciência constrói-se enquanto área do conhecimento responsável por resgatar as contribuições científicas realizadas ao longo do tempo – compreendendo, assim, a própria Ciência enquanto uns dos vestígios humanos pertinentes às investigações de historiadores e historiadoras –, como ocorre o processo de construção do conhecimento e qual(is) o(s) retorno(s) que a ciência pode garantir para a sociedade.

O diálogo que interrelaciona Ciência e Nacionalismo torna-se pertinente às nossas inquietações quando exploramos os discursos e explorações acerca de um Brasil pós-independência, ainda em seu processo embrionário, construindo-se enquanto nação recém “emancipada”. Nesse sentido, a História da Ciência auxilia na exploração de tal relação, buscando entender todos os aspectos desta interação e apresentando análises que partem do panorama da história da atuação das ciências no processo histórico de formação do Brasil como uma nação.

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, é possível identificar uma influência direta do iluminismo europeu sob os intelectuais brasileiros quando analisamos a quantidade de intelectuais que buscaram referências nas fontes da Universidade de Coimbra nos prelúdios da

instalação de um império no Brasil; refletindo, assim, uma influência da coroa portuguesa nas terras brasileiras. Como parte do processo de consolidação de uma nação durante o século XIX, acompanhando o movimento de *enciclopedização* do mundo e das nações a ele pertencentes, a Ciência ganha destaque no auxílio para a construção de discursos e compreensões que serviriam ao progresso da nação, a fim de auxiliar na forma como tal país é reconhecido pela Europa e, portanto, nas próprias condições de habitação dos moradores locais. Essa influência fez que urgisse a necessidade de um alinhamento e reconhecimento acerca da consciência nacional, em um movimento de *coletivização* da memória que refletiu no *modus operandi* de se fazer ciência no Brasil. A Ciência, assim, correspondia aos interesses do período: ao alcançar o reconhecimento (territorial, social, cultural, político) por parte do escopo científico consolidado no período, reconhecia-se também enquanto nação.

A consolidação do processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil ocorreu em meados do século XIX, período contemporâneo ao entendimento de tal relação entre a ciência, a edificação da consciência nacional e a formação do Estado. Neste período, é possível apontar como a Comissão Científica de Exploração desempenhou papel fundamental na construção do Estado Imperial ao incentivar as viagens científicas, que tinham o cunho de auxiliar na formação dos naturalistas, e promover o conhecimento ao auxiliar no processo de exploração do novo país. Foi um período em que havia uma elite científica, composta de maneira significativa por naturalistas e engenheiros que, até então, ocupavam grandes cargos e atuavam nos diversos processos de interesses imediatos do país em construção.

Já no fim do século XIX, como consequência do processo de consolidação da identidade nacional através da ciência identificado até então, ocorre um incentivo na criação de instituições nacionais voltadas para o reconhecimento e valorização da ciência, como comissões geológicas, laboratórios, museus e instituições superiores de ensino que proporcionam a difusão dos ideais das teorias evolucionistas, doutrinas positivistas e as pesquisas experimentais que floresciam a cena científica da época. Nascia, assim, um novo modelo organizacional para identificação,

reconhecimento, catalogação e distribuição da Ciência – em muito, como tentativa de compensar um suposto atraso em relação às outras nações.

Com o avanço para o início do século XX e o surgimento de novas problemáticas no campo social, as atividades científicas encontravam legitimidade por meio da capacidade de oferecer possíveis soluções aos problemas latentes da sociedade brasileira. Neste novo contexto, os cientistas apresentavam-se como pontos de respostas para as questões que atribulavam ou adoeciam a população, bem como continuavam buscando, incessantemente, criar artifícios que permitissem que as atividades científicas dentro do país tivessem a sua promoção como um valor social da ciência a fim de profissionalizar as atividades científicas.

A II Grande Guerra que despontou na Europa trouxe consigo, na década de 1940, um novo elemento para despertar as inquietações científicas: a tecnologia. Aqui, destacamos os discursos que apontam a capacidade tecnológica de auxílio no processo de elevação dos níveis socioeconômicos da América Latina. No Brasil, fortalece-se assim uma forte tendência à modernização do país como resposta à crescente tecnológica global. Com auxílio da ciência e de alta tecnologia, desenvolvida de forma nunca observada antes do conflito geopolítico marcado entre EUA e URSS no século XX, diversos projetos político-econômicos foram desenvolvidos sob a lógica do *desenvolvimento* – o principal protagonista dos discursos ideológicos associados aos *avanços* tecnológicos e econômicos do país durante tal época. Aqui, a nação constrói-se a partir da industrialização, da urbanização e da automação de processos, em concordância com a nova fase da Revolução Industrial que se desenrolava no cenário econômico global.

Na década de 1960, é possível identificar um abalo na relação entre governo e ciência, sobretudo entre as instituições científicas e os detentores do poder após o golpe civil-militar de 1964. Afinal, tendo em vista o cenário de repressão e opressão que demarcaram o país entre o ano de tal golpe e 1985, interessava ao Estado a deslegitimação de discursos que pudessem colocar em risco a predominância dos militares no Governo Federal. Dessa forma, um cenário de censuras e perseguições dentro de academias, universidades e institutos é acarretado; tornando possível observar as formas como o Estado ditatorial buscou inibir o avanço científico. O tema também pode ser

observado nas décadas anteriores, onde alguns avanços demonstram-se aparentes e urgentes; como a redemocratização pós período ditatorial.

O presente quadro situacional acerca da ciência do Brasil nos faz refletir em como a ciência é uma construção social, coletiva e que promove – e é promovida – a partir de processos. Ela é construída pelo entorno da comunidade acadêmica, composta por pares que a nortearão e darão forma a seus ideais, refinando-a. Também é feita por múltiplas mentes pensantes que auxiliarão no seu desenvolvimento, bem como o processo gradativo de contribuições acarreta um processo de construção do conhecimento científico. Por fim, é possível observar como a atuação da ciência é de suma importância para a sociedade quando esta se insere em um escopo que acarreta no auxílio de soluções para problemas cotidianos da sociedade.

Nesta edição da Revista Temporalidades buscamos explorar tudo que envolve a construção do conhecimento científico feito em um Brasil independente e ávido em se reconhecer enquanto nação, considerando a forma como a ciência contribuiu para tais construções acerca do Brasil – e dos diversos Brasis a este momento associados.

Boa leitura!!!

Referências bibliográficas:

CONDÉ, M.L.L. **Um papel para a história: O problema da historicidade da ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

LIMA, N.T.; DE SÁ, D.M.; CASAZZA, I.F.; BRITO, C.A.G. As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro. **Estudos Avançados**, v.36, n.105, 2022.